



UC/FPCE_2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

“Somos Mães e Pais entre aspas”

Estudo exploratório sobre a importância da reflexão pessoal dos/as profissionais de Centros de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens

Telma Marina Carvalho Rodrigues
(telmarodrigues12@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da Doutora Maria Jorge Ferro

“Somos Mães e Pais entre aspas”. Estudo exploratório sobre a importância da reflexão pessoal dos/as profissionais de Centros de Acolhimento Temporário de Crianças e Jovens

Resumo

Reconhecendo a importância do papel dos profissionais de Centros de Acolhimento Temporário (CAT) no desenvolvimento das crianças e jovens institucionalizados, foi objetivo da presente investigação recolher informações importantes inerentes ao exercício da profissão; com o objetivo principal de estudar a implicação de diversos fatores na prática relacional que estes profissionais estabelecem consigo próprios, com a profissão e com as crianças.

Com desenho de investigação de inspiração na Teoria Ancorada – *Grounded Theory* (proposta por Glaser e Strauss, 1967 mas também a revisão de Glaser & Hon, 2007) – elaborou-se um guião de entrevista que pretendia abarcar o maior número possível de entradas de reflexão para enquadrar as questões em análise: Das memórias de infância (ativadas pela profissão) à revisão de si mesmo/a enquanto adulto/a cuidador/a de crianças em Acolhimento Temporário.

Foram participantes na investigação, oito funcionárias/os de um CAT de Crianças e Jovens em Risco da Região Centro de Portugal, com idades compreendidas entre os 33 e os 49 anos e nível de escolaridade variável entre o 6º ano de escolaridade e a licenciatura; com exceção de um caso, todas as participantes são casadas e dos oito participantes, apenas dois não têm filhos. A análise das narrativas permitiu concluir um *continuum* entre as vivências de infância dos participantes e o seu desenvolvimento profissional. Desta forma, sendo “a relação” chave para a compreensão desta linha contínua entre o passado, o presente e o futuro; as dificuldades experimentadas na profissão acabam por ter origem em aspetos bem para além da própria “relação” consigo mesmos e com as crianças.

Palavras-chave: Institucionalização; Cuidadores; Memórias; Relação; Formação; *Grounded Theory*;

“We all are Mothers and Fathers in quotes”. Explorative study about the importance of personal reflection of Care Workers in Temporary Residential Care for Children and Youth at risk.

Abstract

Recognizing the importance of the role of care workers in temporary residential care for children and youth at risk in their development, the purpose of the present investigation was to collect important information inherent to the career; with the main objective of studying how several factors affect the relationships that these professionals establish with themselves, career and children.

Inspired on Grounded Theory - *Grounded Theory* (proposed by Glaser e Strauss, 1967 although the revision of Glaser & Hon, 2007) – was produced an interview script which intent to agglomerate the possible larger number of reflection to enquadrated the questions analyzed: from childhood memories (activated by the profession) to the revision of themselves as an adult caregiver in temporary residential care.

The participants of this investigation were eight care workers of a temporary residential care of children and youth at risk in the Center Region of Portugal by the ages from 33 to 49 and a variable scholarity between the 6th grade and degree; except one case, the participants are all married and only two don't have children. The present research allowed to conclude by a *continuum* between childhood experiences of the participants and their professional development. This way, being the “relationship” the key to the understanding of this continues line between the past, present and the future, the experimented difficulties on the career have origin on aspect beyond the own relationship with themselves and the children.

Key-Words: Institutionalization; Care Workers; Memories; Relationship; Instruction; *Grounded Theory*;

Agradecimentos

Um eterno Obrigado....

Aos meus Pais, por todo o esforço e confiança depositada em mim e nas minhas capacidades, pela luta diária na concretização de um sonho e de um objetivo que é meu, mas que rapidamente se tornou deles.

À minha irmã Cristiana e ao Élio, por acreditarem em mim, dizimarem as minhas dúvidas nos momentos mais complicados, por eliminarem a palavra “desistir” do meu vocabulário pessoal e por me lembrarem a todos os instantes da minha força e capacidades.

Aos meus Avós Celeste, Maria e Domingos pelo apoio nas horas mais difíceis e pelas palavras esperançosas e leves que sempre me ensinaram que “a tudo se chega, assim a vida dure”.

Aos meus queridos amigos Cândido, Jace, Cindy e Vânia pela companhia, partilha e entreaajuda ao longo destes 5 anos de Universidade. Foi de facto um prazer conhecer pessoas como vocês, nunca desistam dos vossos sonhos como assim me ensinaram.

Aos meus amigos Tiago, Sara, Joana, Micael, Tia Carla e Gabriela; à minha mais que tudo Ana, sem esquecer a minha madrinha Lisa que sempre se mostrou disponível para me ajudar nesta etapa.

Um agradecimento muito especial à Dr^a Maria Jorge Ferro por todo o apoio prestado, pela orientação, por todo o empenho, partilha de conhecimento e essencialmente por acreditar em mim e nas minhas capacidades.

Por último, mas não menos importante, a todas as Funcionárias do CAT, por toda a disponibilidade, carinho com que me receberam e pela partilha das suas experiências.

“Não me parece que o que se faz como pai ou mãe seja nem de longe nem de perto tão importante para a criança como a maneira como é feito e o afeto posto nisso”.

(Brazelton)

Índice

Introdução	1
Enquadramento Conceptual	4
1. Crianças e crise em Portugal e no Mundo (revisão histórica)	4
_1.1 Um olhar na institucionalização pelo Mundo	4
_1.2 Um olhar na institucionalização em Portugal	6
2. Legislação no âmbito da proteção infantil	8
3. Crianças em risco – repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes	9
4. Um olhar sobre a Institucionalização de crianças: Para uma perspectiva dos profissionais	11
5. Cuidadores; Profissionais e Figuras de Referência	13
6. Memórias de Infância	15
A questão	17
Metodologia	18
1.1 Caracterização dos Participantes	19
1.2 Entrevista e Observação Direta	20
1.3 Procedimentos	22
Considerações para a Apresentação e Análise dos dados	22
Análise e Discussão dos dados	25
Reflexão a Partir dos Dados e Limitações do Estudo	40
Reflexão final	43
Bibliografia	45
Anexos	56

Introdução

A necessidade vital (Levy, 1937 apud Bowlby, 1956) de uma relação de afeto com alguém, desde o nascimento, é reconhecida por diversos autores (Ainsworth, 1989; Ainsworth & Bowlby, 1991; Belsky, 1996; Howes & Oldham in Göncü & Klein, 2001; Machado, 2009). Neste trabalho, pretendemos estudar a reativação desta necessidade vital quando a realidade profissional de indivíduos adultos decorre em instituições de guarda temporária de crianças. A investigação desenvolveu-se portanto, junto de adultos e contou com oito meses de observação participada na realidade profissional destes indivíduos, os participantes, que colaboraram na organização do nosso conhecimento com as entrevistas que nos concederam.

Lidar com crianças que conhecem a morte, o abandono, a separação, a perda e a dor; retiradas à família por negligência física ou emocional, maus-tratos, abusos, entre tantas outras situações, implica repensar a vida ainda que quase nunca, os adultos que trabalham com este público/estas situações, disso possam aperceber-se. Estas crianças e adolescentes institucionalizados guardam dentro de si, na maioria das vezes, experiências muito dolorosas, que inevitavelmente se repercutem na sua forma de estar atual e nos seus cuidadores.

Nestas instituições, são os auxiliares aqueles que acompanham mais de perto a vida dessas crianças, vinte e quatro horas diárias, divididos em três turnos, assumem verdadeiros papéis de cuidadores, representando-se como “pais e mães substitutos” das crianças institucionalizadas. Estes detêm um importante papel no sentido de satisfazer as necessidades básicas das crianças, cuidar, apoiar e transmitir práticas educativas positivas e ajustadas.

Reconhecer o papel preponderante destes profissionais no desenvolvimento das crianças e jovens institucionalizados; ouvir as suas opiniões; estudar as suas crenças; avaliar a satisfação e reconhecimento profissional; estudar as suas práticas, são para o presente estudo, informações imprescindíveis no sentido de repensar

uma política de formação junto destes profissionais, com vista a promover um desempenho qualificado e ajustado às necessidades destas crianças e jovens.

As práticas relacionais e educativas destes profissionais podem ser influenciadas por diversos fatores que variam desde aspectos estritamente pessoais, como características de personalidade, crenças, memórias de infância, idade, situação familiar, a aspectos práticos da vida profissional como sejam os horários de trabalho, situação contratual ou os salários auferidos.

Diversos autores (Batcho, Nave & DaRin, 2010; Canavarro, 1997; Chen, Liu & Kaplan, 2008; Hazan & Shaver, 1987; Fonseca, 2012; Freitas, 2011; Makusha, Richter, Knight, Rooyen & Bhana, 2013; Rodrigues, Figueirido, Pacheco, Costa, Cabeleira & Garinho, 2004) apontam a influência que as práticas de cuidados parentais durante a infância têm na vinculação adulta e posteriormente na qualidade de relacionamento e investimento com figuras significativas na idade adulta; sujeitos seguros tendem a recordar as figuras parentais de forma mais favorável, comparativamente com os inseguros. Este aspecto mereceu-nos atenção pois remete para as experiências de infância que funcionários de casas de acolhimento temporário terão vivido: assim, as memórias das experiências precoces do comportamento parental vivido pelos profissionais, têm relação com aquilo que são atualmente as suas competências parentais e o seu trajeto de vida (Chen, Liu & Kaplan, 2008). Ainda que saibamos que estes adultos são cuidadores profissionais e não pai e mãe das crianças em acolhimento, em termos práticos é-lhes pedido que assumam essas funções.

Ao falarmos de memórias é importante referir que estas são representações pessoais e por isso únicas de cada indivíduo, dependentes da sua perceção e invocadoras de um regresso à experiência a ser recordada (Albano, 2006), Assim, segundo Freitas (2011), não são tanto as experiências da infância que se relacionam

com a qualidade do investimento parental, mas antes, a percepção feita pelo adulto face a essas mesmas experiências.

Neste sentido esta investigação apresenta os dados recolhidos com entrevistas a oito profissionais de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens em risco da região centro de Portugal, analisando posteriormente as suas narrativas através de uma metodologia qualitativa com base nos pressupostos da *Grounded Theory (GT)*.

Reconhecendo que tínhamos algum conhecimento acerca da realidade que queríamos estudar, pensamos que os pressupostos da GT ou “teoria ancorada” se adequam à perspetiva com que assumimos o trabalho de campo tal como se descreverá no ponto relativo à investigação, mais adiante, nesta dissertação.

Enquadramento Conceptual

1. Crianças e crise em Portugal e no Mundo (revisão histórica)

1.1 Um olhar na institucionalização pelo Mundo

Ao longo da história, as condições de acolhimento variaram de acordo com o contexto sociocultural de cada época, a par das definições sociais atribuídas à criança e à infância (Casas, 1988, cit. *in* Quintãns, 2009).

Frabboni (1998 *in* Furlanetto, 2008), fundamentado nos trabalhos de Ariés, organiza o fundamento histórico da criança em três momentos. O primeiro momento, a “criança – adulto” ou a *infância negada*, compreende a Idade Média e início da Idade Moderna (séc. XIV e XV), período caracterizado pela ausência de uma consciência da particularidade infantil, onde a criança não era distinguida do adulto.

Os sinais de desenvolvimento de um sentimento para com a infância tornaram-se mais significativos com a revolução industrial, período compreendido entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento de uma nova conceção da infância, “*criança-filho-aluno*” ou “*criança-institucionalizada*”, altura em que a moral da época impunha às famílias o papel de proporcionar a todos os filhos uma preparação para a vida, tendo a escola um papel primordial nesta preparação.

O terceiro momento corresponde à contemporaneidade: *infância reencontrada*. A criança torna-se então reconhecida como uma figura social e um sujeito de direitos.

A particularidade da infância, bem como o acesso a preocupações pedagógicas, sociais e morais comportava uma prática redutora e diferenciada de acordo com as classes sociais (Ferreira, 1996).

Existem registos de acolhimento infantil que remontam à Grécia e Roma antigas, ilustrando as políticas das Sociedades Ocidentais

(Quintãns, 2009). Rosenfeld e colaboradores (1997), explicam que as sociedades tendem a desenvolver um sistema de resposta às necessidades da infância; neste caso, cuidar/acolher crianças cujos pais, por exemplo, não podem e/ou não conseguem cuidar.

Durante a Era Medieval, surgiram na Europa várias instituições de acolhimento infantil associadas a ordens religiosas, visando minorar problemáticas de cariz social (Quintãns, 2009; Santos, 2010; Sousa, 2013).

No século XVIII, juntamente com uma institucionalização focada nas crianças órfãs e vagabundas (Ribera, 1996), surgiu o acolhimento de crianças com deficiência para proteção social mútua: eram protegidas da sociedade (para evitar maior negligência ou maltrato e socialmente tornavam-se não visíveis). (Alberto, 2003, cit. *in* Quintãns, 2009).

Na sequência da Revolução Industrial (séc. XVIII/ séc. XIX), surge a necessidade de acolher os “excluídos” em macro-instituições como forma de controlo social (Casas, 1988, cit. *in* Quintãns, 2009). O êxodo rural e o aumento da pobreza, revelaram a necessidade de repensar políticas de ordenamento territorial e de higiene (Sousa, 2013).

Um novo momento de crise surge no período pós 2.^a Guerra Mundial, face ao grande número de crianças órfãs (Rosenfeld e colaboradores, 1997). As instituições de acolhimento multiplicam-se durante o séc. XX, ao mesmo tempo que crescem os estudos da Psicologia do Desenvolvimento acerca do abandono infantil (Quintãns, 2009). O abuso e os maus-tratos a crianças tornam-se problemas de cariz social (Alberto, 1999; Sousa, 2013). Daly (2014) indica que as investigações em torno das condições de acolhimento infantil remontam ao séc. XIX; contudo, é apenas no início da década de 80 do século XX que o abuso dentro das instituições surge nos estudos enquanto um problema social.

As instituições e lares que surgiram pela Europa entre os anos 50

e 80, num modelo de “micro-instituições”, procuraram contrapor o ambiente impessoal que rodeava as crianças acolhidas em “macro-instituições” (Santos, 2010). Esta reestruturação visou não só a criação de um entorno mais familiar, como também o colmatar de condições impróprias, rígidas, estigmatizantes (Santos, 2010) e de abuso (Martins, 2005).

Na atualidade não se desconhecem as necessidades e muito menos se ignoram as particularidades que influenciam o desenvolvimento das crianças, contudo, o contexto económico, social e político do Mundo e no caso particular de Portugal obriga-nos a reconhecer que a miséria e o desespero para que muitas famílias foram conduzidas quase podemos transpôr como atuais as considerações de Ferreira (1996) no seu estudo que reportava a “Portugal de Setecentos”.

O aumento da pobreza e o endividamento familiar vêm associar-se a uma maior probabilidade de ocorrência de negligência e maltrato infantil (Leahy, Healy & Murphy, 2015; Canotilho, 2015; Ferreira, 2010; Unicef, 2013).

De facto, como afirma Marc Ferro (2012), “ assistimos desde há várias décadas, a um retrocesso da História” (p.9). De forma clara, em Portugal, a pobreza e as diversas formas de privação por que passam muitas crianças no País foram já alvo de estudos como o de Bastos e Nunes (2009) que afirmaram tratar-se de um dos países com maior nível de risco da Europa. Também as notícias da BBC ou da IndyBay.org foram claras acerca dos níveis de risco de pobreza que afetavam grupos vulneráveis e, nestes, muito especialmente se encontram as crianças. A citação da “Cáritas Europe” aponta conclusões dramáticas.

1.2 Um olhar na institucionalização em Portugal

O desenvolvimento e interesse por políticas públicas de proteção à infância em Portugal remontam ao século XIII, aquando da fundação

dos hospitais em Lisboa e Santarém. O primeiro a ser fundado, o Hospital dos Meninos Órfãos na Mouraria, estava inicialmente destinado aos filhos ilegítimos em risco de infanticídio (Sá, 1995).

Enquanto iniciativas governamentais para o acolhimento e proteção de crianças “vaidas”, delinquentes e marginalizadas (Martins, 2006; Soares, 2001), surgiram nos séculos XVII e XVIII respetivamente, as “Casas das Rodas” e a Casa Pia de Lisboa, de caráter marcadamente religioso. As condições sociais e políticas precárias da altura tiveram um papel preponderante na sua fundação (Ferreira, 1996; Martins, 2006; Mota & Matos 2008).

Em meados do século XIX, são criadas as Sociedades de Casas de Asilo à Infância Desvalida de Lisboa, instituições para o acolhimento de crianças desde os primeiros meses de vida (Soares, 2001). Segundo Martins (2006), a sociedade e o estado marginalizavam as crianças que nasciam num contexto de pobreza e miséria, delegando em religiosos e educadores sociais a sua responsabilidade para com eles. É neste contexto que várias instituições são criadas, em vista à reeducação e recuperação moral das crianças/jovens (Martins, 2006).

No período que antecedeu o séc. XX, a institucionalização foi o recurso mais utilizado na proteção de menores; uma medida duradoura que implicava o afastamento absoluto face ao sistema familiar (Gomes, 2010). A tendência alterou-se na época concomitante à implantação da República, onde o estado, consciente das dificuldades económicas advindas da precaridade económica e social, tenta organizar programas no sentido de satisfazer as necessidades e proteger as crianças (Soares, 2001).

Atualmente, e acompanhando a evolução sociocultural, a necessidade de acolhimento persiste, embora etiologicamente diferente. Não serão tantas as crianças órfãs, mas sim as que foram negligenciadas em cuidados e na satisfação de necessidade básicas de educação e saúde (Gomes, 2010). A exposição a modelos parentais

desadequados surge cristalizada nas experiências infantis, obrigando as instituições a abandonar o seu caráter meramente assistencialista, para a adoção de uma posição terapêutica (Gomes, 2010).

No decorrer da institucionalização indiscriminada que assolou a Europa, encontramos maioritariamente em Portugal, espaços de acolhimento de grandes dimensões (Gomes, 2010; Machado & Gonçalves, 2008). Porém, o movimento da micro-institucionalização tem ganho força, no sentido de proporcionar aos jovens uma assistência individualizada, assente num modelo familiar (Gomes, 2010; Pacheco, 2010). Teoricamente parece consensual dizer-se que as equipas de intervenção estão melhor ajustadas ao número de crianças acolhidas e mais abertas à comunidade exterior, ajudando-as no seu desenvolvimento biopsicossocial (Gomes 2010; Pacheco 2010).

2. Legislação no âmbito da proteção infantil

Em Portugal, os anos 80 do século passado trouxeram consigo uma maior consciencialização para as problemáticas dos maus-tratos infantis e abandono (Ferreira, 2010). Embora a primeira lei a ser publicada neste âmbito – a Lei de Proteção à Infância – tenha surgido em 1911; existem também referências legais coincidentes com a 1.^a República e o Estado Novo, no mesmo sentido (Martins, 2006). Mas só a 21 de Setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção dos Direitos da Criança, adoptada pela ONU a 20 de Novembro de 1989 (Unicef, 2004), tentando acompanhar a evolução ao nível dos direitos da criança. O documento veio consagrar os direitos infantis, bem como o papel da família enquanto agente de suporte afetivo, educacional e social (Gomes 2010). Destacam-se entre os seus princípios, a igualdade de oportunidades sem discriminação, a primazia pelos seus interesses, o direito à vida e o direito em expressar a sua opinião (ONU, 2002).

Após a ratificação em 1990, cresceu consideravelmente a

produção legislativa sobre a infância em Portugal (Pacheco, 2010), a par da criação das Comissões de Proteção de Menores em 1991 (Ferreira, 2010). Nesta linha, destacam-se: a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil, a Organização Tutelar de Menores, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei Tutelar Educativa (Gomes, 2010). Versando especificamente o processo de adoção, encontram-se o Decreto-Lei 185/93, de 22 de Maio, o Decreto-Lei 120/98, de 8 de Maio e ainda a Lei 31/2003, de 22 de Agosto (op. cit.).

Em 1999, surge legislação específica à intervenção nos Lares de Infância e Juventude (Pacheco, 2010), nomeadamente a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) (Carvalho, 2013). Num modelo de proteção mais seguro e completo, esta Lei vem proporcionar à criança o direito a um plano de integração definitiva, em várias vertentes (e.g.: separação temporária da família; separação definitiva; preparação para a independência) (Gomes, 2010).

Atualmente, todo o processo de institucionalização fomenta um trabalho em rede, envolvendo a instituição, a Segurança Social, o Tribunal, a Comissão de Proteção de Menores, a escola e a família (Alberto, 1999; Sousa, 2013).

3. Crianças em risco – repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes

A família, célula de excelência onde o ser humano cresce e se desenvolve, constitui um elemento estruturante e um fator de proteção para o desenvolvimento da criança. Mas esta mesma família pode não ser estruturante nem protetora e conseqüentemente a referência que a chamada “célula de excelência” devia ser, é posta em causa. (Fante & Cassab, 2007; Ferreira, 2010; Gomes, 2010; Magalhães, 2005).

As crianças requerem o satisfazer de um conjunto de necessidades que a família, enquanto agente de socialização primária,

deverá suportar. Existem casos em que o sistema familiar – particularmente os pais – falha no seu papel protetor, negligenciando as necessidades infantis básicas, pelos mais diversos motivos (e.g.: limitações económicas e/ou socioculturais; défices pessoais - cognitivos e/ou emocionais). “Falamos de pais e mães abandonados ou disfuncionais nas relações, incapazes de se organizarem numa função contentora, protetora e transformadora do funcionamento psíquico das crianças” (Strecht, 2012, p. 178).

A temática da negligência associada aos maus-tratos é uma realidade recorrente e progressiva (Machado & Gonçalves, 2008), com um carácter marcadamente transgeracional, em que crianças maltratadas podem tornar-se pais abusivos (Belsky, 1993; Strecht, 2012).

A ocorrência de maus-tratos infantis não é com certeza um fenómeno linear. Belsky (1993) enumera um conjunto de fatores de risco em torno desta problemática, não apenas de cariz parental; estão também presentes padrões de interação disfuncionais, períodos adversos e ainda o *background* sociocultural. Segundo o autor, o risco torna-se acrescido caso estes fatores se sobreponham aos fatores de proteção.

Enquanto um dos elementos mais vulneráveis do sistema familiar, a criança, encontra-se mais suscetível ao abuso por parte do outro; de facto, dificilmente conseguirá, por si só, efetuar uma denúncia (Gomes, 2010; Machado & Gonçalves, 2008; Soares, 2001).

A exposição a padrões inconsistentes e descontínuos de relação afetiva e a várias formas de violência, acarreta uma carga emocional com a qual a criança dificilmente consegue lidar. A par da culpabilidade que dirige a si mesma, existe uma tendência para que idealize uma mudança significativa nos pais, obrigando-a a viver numa utopia (Strecht, 2012). Os profissionais acreditam que, mesmo em famílias desestruturadas, os laços entre as crianças e os cuidadores se mantêm fortes, explicando parcialmente a sua expectativa em

regressar a casa após o acolhimento (Sousa, 2013).

Vários domínios desenvolvimentais são comprometidos, tanto a nível individual e familiar, como social e escolar (Strecht, 2012). Tal como indicam Machado e Gonçalves (2008), crianças vítimas de abuso tendem a manifestar atrasos de crescimento ponderal e estatural, problemas cognitivos, atrasos de linguagem, dificuldades de relacionamento social, insucesso escolar, perturbações da personalidade, comportamentos sociais de risco, baixa autoestima e maior probabilidade de comportamentos aditivos e de criminalidade.

A ausência de ligações emocionais estáveis e saudáveis faz com que a criança vivencie uma sensação de vazio interior, implicando uma maior dificuldade nas relações futuras com o exterior (Machado, 2009; Mota & Matos, 2008; Strecht, 2012). Não obstante, estas barreiras de risco podem ser ultrapassadas numa perspectiva de reorganização dos laços de vinculação e de adaptação resiliente. De fato, são muitos os jovens ainda capazes de criar e manter ligações afetivamente estáveis com figuras significativas alternativas (Dozier, Stovall, Albus & Bates, 2001; Mota & Matos, 2008).

4. Um olhar sobre a Institucionalização de crianças: Para uma perspectiva dos profissionais

“O acolhimento institucional constitui uma medida de proteção dirigida às crianças e jovens em perigo, de carácter tendencialmente temporário” (Gomes 2010, p. 153). Como anteriormente enunciado, a sua tradição é bastante antiga, quer numa dimensão educativa, assistencial, protetora ou punitiva.

Inicialmente, a dimensão assistencial estava muito restrita à satisfação de necessidades básicas; mais tarde adquiriu uma função educativa, repensando a construção social e humana da criança (Dorian, 2003). É neste sentido que os técnicos e funcionários ganham particular importância, ao tornarem-se figuras reparadoras de uma confiança fragilizada ou até perdida, por parte dos menores (Sousa,

2013). Enquanto recursos indispensáveis ao bom funcionamento institucional (Johansson, 2007), estes profissionais podem proporcionar-nos um olhar único em torno da institucionalização; uma perspectiva quotidiana e real.

Apesar da escassez de literatura centrada nesta população (Sá, Grilo e Trigo, 2008; Sousa, 2013) alguns estudos têm surgido no sentido de analisar a forma como os técnicos encaram a institucionalização, e como vêem o processo através do olhar das crianças. Neste sentido, dados recolhidos vieram mostrar o seu receio face ao futuro pós-institucional das crianças: os profissionais tendem a descrever as instituições como sistemas socialmente isolados, sem apoios comunitários explícitos quer durante o internamento, quer na fase de transição para a vida em sociedade (Machado & Gonçalves, 2008).

Um dos problemas latentes e consensualmente apontado por eles prende-se com a estigmatização/discriminação social, particularmente em ambiente escolar, exercida sobre estas crianças e jovens (Sá, Grilo, & Trigo, 2008). Outro problema relaciona-se com uma forma comum de auto-punição, em que as crianças vêem a institucionalização como um castigo, culpando-se pelos erros dos pais/cuidadores. Os profissionais acreditam que, mesmo em famílias desestruturadas, os laços entre as crianças e os cuidadores se mantêm fortes, explicando parcialmente a sua expectativa em regressar a casa após o acolhimento (Sousa, 2013).

Para o combate a estes fenómenos, os técnicos alertam para a necessidade de repensar a institucionalização, no sentido de trabalhar preconceitos e estereótipos instituídos (Machado & Gonçalves, 2008). Sugerem ainda a aposta na formação especializada das equipas, como forma de evitar o fracasso desta “instituição fechada” em substituir a família (Sá, Grilo, & Trigo, 2008).

Sloutsky (1997) sublinha as diferenças entre o contexto institucional e o contexto familiar, adjetivando o primeiro como um

local regrado, em que os funcionários se regem por papéis sociais. Já o sistema familiar, mais aberto e amplo, abarca múltiplos subsistemas e, subsequentemente, uma pluralidade de papéis familiares. Para o autor, na família, a criança experiencia vários comportamentos numa multiplicidade de pessoas e contextos, contrariamente ao que acontece na instituição, em que o comportamento é regulamentado e padronizado.

Com vista a suprimir estas diferenças, Martins e Szymanski (2004), defendem um funcionamento institucional apoiado na organização de grupos em formato semelhante ao contexto familiar, promovendo interações múltiplas, visando a constituição de vínculos afetivos entre criança-criança e adulto-criança.

Nota-se porém, que nem todas as conceções comportam um carácter negativo. Alguns profissionais apontam para uma maior abertura institucional (Sá, Grilo, & Trigo, 2008). Considerando que o acolhimento é por vezes a única alternativa para os menores (Dorian, 2003), a mudança deverá ser inerente à própria instituição, com a reestruturação de discursos e práticas tendo em vista a construção interna de um espaço positivo e saudável. Assim sendo, e tal como referem os técnicos, estes organismos deverão funcionar não apenas como substitutos ao ambiente familiar; a par de uma vinculação consistente, as instituições devem proporcionar também formação escolar e potenciar o desenvolvimento da autonomia individual (Sousa, 2013).

Apesar de ser um contexto promotor de desenvolvimento, podemos afirmar que os cuidados oferecidos numa instituição não são substitutos de uma relação afetiva familiar, mas sim, uma forma de potencialmente reduzir as lacunas deixadas por experiências negativas e destruidoras (Gomes, 2010; Hecht & Silva, 2009).

5. Cuidadores; Profissionais e Figuras de Referência

“A presença de figuras capazes de satisfazer as necessidades

básicas da criança, preconizando comportamentos de afeto, carinho e proteção, promove um desenvolvimento de regulação emocional e um sentimento de competência pessoal, reforçando uma representação positiva de si própria e das figuras de vinculação.” (Mota & Matos, 2008, p. 368).

Definem-se por figuras cuidadoras, todos aqueles que, unidos por laços biológicos ou outros, prestam cuidados à criança de forma continuada. Apesar do microssistema familiar ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento de processos de vinculação, existem outros potenciais contextos e figuras de vinculação, que se tornam também determinantes no desenvolvimento da criança (Matos, 2002, cit. *in* Mota & Matos, 2008).

Diversos autores (Ainsworth, 1989; Ainsworth & Bowlby, 1991; Bowlby, 1981; 1984 cit. *in* Pinhel, Torres, & Maia 2009; Machado, 2009) salientam a importância de três conceitos que deverão ser postos em prática pelos cuidadores com vista ao desenvolvimento saudável da criança: continuidade; disponibilidade e sensibilidade de resposta.

Diversos autores alertam para a importância da existência de um adulto de referência no desenvolvimento ajustado das crianças, que funcione como um modelo, transmissor de regras e prestador de cuidados básicos. Deverá funcionar ainda como um elemento reparador das relações disfuncionais prévias, providenciando um paradigma relacional equilibrado (Gomes, 2010; Machado & Gonçalves, 2008; Strecht, 2012). Um estudo longitudinal de Machado e Gonçalves (2008) veio mostrar que a presença desta figura junto de crianças maltratadas, possui um impacto positivo em dimensões de cariz escolar e psicossocial.

É neste sentido que atentamos à vinculação aos profissionais em contexto de institucionalização. Ao assumirem o papel de modelos identitários, transfiguram-se também em educadores que acompanham tarefas e rotinas escolares (Bazon & Biazoli-Alves, 2000; Gomes,

2010; Moré & Sperancetta, 2010) Numa interação constante e diária, são eles que atuam no sentido de prestar apoio social e afetivo aos jovens (Mota & Matos, 2008; Siqueira & Dell’Aglia, 2006), em contexto interdisciplinar (Gomes, 2010). Com efeito, são imprescindíveis na integração social futura, bem-sucedida, dos sujeitos, através da construção de um ambiente promotor de desenvolvimento e aquisição de competências (Gomes, 2010).

De acordo com Mota e Matos (2008), os técnicos necessitam de modelos internos e externos estáveis e seguros, para que sejam capazes de acolher toda a revolta que é exteriorizada, e transformá-la em ligações estáveis, seguras e de confiança. Gomes (2010), enaltece a motivação, a maturidade e a integridade como características indispensáveis ao seu perfil, a par da empatia e da capacidade para lidar com conflitos e situações de crise.

Ao considerar a profundidade e abrangência da dor psicoemocional das crianças e jovens institucionalizadas como resultado de um passado pautado por uma trajetória de vida de abusos e negligência, vários autores enaltecem a importância em preparar os cuidadores para atender de forma qualificada a este desafio. (Anglin, 2014; Bazon & Biasoli-Alves, 2000; Bloom, 2005; Cheung, Goodman, Leckie & Jenkins, 2011; Gomes, 2010; Lima, 2009; Mota & Matos, 2008; Nordoff & Jones 2014; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Gomes (2010) alerta para a premente necessidade destes profissionais serem submetidos a processos rigorosos de seleção, formação e supervisão. O autor refere ainda que este trabalho deve ser considerado especializado e, como tal, remunerado de acordo com a responsabilidade que acarreta.

6. Memórias de Infância

Segundo Moura (2009) a memória é garantia de existência contínua permitindo ao sujeito organizar-se no tempo, no espaço e em

toda a sua história pessoal.

A memória envolve uma complexidade processual, produzida através da percepção e segundo a excitação do sujeito. Esta, dispõe e exerce a possibilidade de repetição da experiência e ao mesmo tempo torna-se fonte geradora de novas experiências (Albano, 2006; Moura, 2009).

Nos últimos anos assistimos a um maior interesse de estudos teóricos sobre material autobiográfico, histórias e narrativas de vida, com fim a uma melhor compreensão do comportamento e experiência humana (Brunner, 2002/1990; Josselson, 1995; Lechner, 2009; McAdams, 2001;).

Vários autores afirmam as memórias de infância como principais integrantes no decurso da história de vida do sujeito e com maior relevância para importantes pontos do nosso desenvolvimento (Conway & Homes, 2004; McAdams, 2001; Peterson, Bonechi, Smorti & Tani, 2010).

Segundo Batcho, Nave e DaRin, (2010), as impressões da infância estão diretamente relacionadas com o bem-estar psicológico na vida adulta; impressões favoráveis da infância associam-se a um bem-estar pessoal, suporte social mais ajustado, comportamentos promotores de saúde e crescimento espiritual; impressões de experiências adversas na infância, associam-se a relacionamentos insatisfatórios, descontinuidade, angústia e fraco investimento pessoal. Todo este processo remete para uma transmissão intergeracional da vinculação e da parentalidade (Belsky, Capaldi & Conger 2009).

É neste sentido, de extrema relevância para o estudo, investigar a percepção dos profissionais face a acontecimentos ocorridos na sua infância, por forma a enquadrar uma melhor compreensão das teorias encontradas na literatura sobre a importância das experiências precoces nas suas crenças, práticas educativas e trajetos de vida (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Crowell & Waters, 2005; Godnow & Collins, 1990).

A questão

Atualmente existe na literatura uma grande quantidade de informação sobre o processo de institucionalização, contudo trata-se de uma perspectiva maioritariamente restrita à criança. Sendo os profissionais que trabalham diariamente na instituição, recursos indispensáveis (Johansson, 2007) e figuras reparadoras (Sousa, 2013); aqueles que mantêm com a criança uma relação de proximidade essencial à manutenção de vínculos afetivos desempenhando o papel de educar, acarinhar e proteger a criança, torna-se premente ouvir a voz destes profissionais com o objetivo de recolher informações importantes inerentes ao exercício da profissão, por forma a conseguirmos reunir um conjunto de estratégias que poderão funcionar como fatores de proteção num esforço para minorar os efeitos negativos que esta passagem pelo acolhimento pode acarretar na vida das crianças e jovens institucionalizados. Como referido ao longo do presente trabalho, vários autores apontam para a necessidade de reconhecer o papel dos profissionais na discussão de investigações acerca da institucionalização (Cheung, Goodman, Leckie & Jenkins, 2011; Johansson, 2007; Sá, Grilo, & Trigo, 2008; Sousa, 2013).

Nesta investigação procurou perceber-se a opinião dos profissionais acerca da institucionalização; a forma como estes lidam com as exigências emocionais da sua profissão; avaliar as suas crenças; estudar o reconhecimento e valorização ao longo da experiência profissional bem como compreender as dinâmicas relacionais utilizadas entre cuidador-criança, o sentimento de responsabilização para com o desenvolvimento das crianças e explorar através do método retrospectivo as memórias de infância de cada cuidador. Na linha diretamente relacionada à questão de investigação procurou perceber-se a perceção de cada cuidador sobre o seu passado, experiências mais marcantes e situações dentro do contexto de trabalho propiciadoras de uma ativação de memórias.

Metodologia

A investigação qualitativa recorre a procedimentos metodológicos que comportam uma análise rigorosa, detalhada e flexível de material verbal, visual ou escrito, não traduzido por escalas numéricas mas antes envolvendo um grande trabalho de interpretação e categorização. A esta metodologia subjaz uma maior proximidade do ser humano, utilizada em estudos que pretendem a compreensão e significação das suas experiências. Apesar do domínio das metodologias quantitativas, a investigação qualitativa traduz-se numa alternativa para os investigadores que procuram formas de conhecimento distintas (Fernandes & Maia, 2001).

Dentro da investigação qualitativa podemos encontrar diversas estratégias metodológicas como os estudos ideográficos, etnografia, etnometodologia, GT, análise de discurso, análise da conversação, análise narrativa, entre outros (Fernandes & Maia, 2001), no nosso trabalho seguimos a inspiração da “teoria ancorada” (GT) que se apresenta como uma das metodologias qualitativas mais utilizadas atualmente no âmbito das ciências sociais e humanas, fundamentando uma ligação mais estreita entre a teoria e a realidade estudada.

De facto, como afirmam Fernandes e Maia (2001), tendo em consideração o objeto de estudo da psicologia, torna-se premente para o investigador dar importância aos dados qualitativos que se relacionam com a experiência, o discurso ou a história do indivíduo para que o possa efetivamente estudar como um todo.

A Grounded Theory foi inicialmente proposta por Glaser e Strauss durante a década de sessenta do século XX (1967) na obra *The discovery of Grounded theory: Strategies for qualitative research*. Posteriormente enquanto Glaser manteve uma perspectiva pragmática e positivista da metodologia, Strauss associou-se a Corbin na década de 90 e defenderam que a metodologia se baseia mais que num ato de descoberta, é um ato de construção (Corbin & Strauss, 1990).

Charmaz (2008), mais recentemente mostra-nos uma evolução

do método numa orientação marcadamente construtivista e interacionista. Para a autora, não existem verdades absolutas sendo a realidade socialmente construída.

O método da Grounded Theory envolve um conjunto consistente de procedimentos comportado num processo contínuo de recolha e análise de dados, ocorridos de forma interativa e circular, com a finalidade essencial de desenvolver uma teoria. A autora preconiza o papel ativo do investigador e a sua sensibilidade para dar sentido e significado a esses mesmos dados (op. cit.)

De acordo com a Grounded Analysis, a construção da teoria é conseguida através de um método da comparação constante, que consiste num retorno contínuo aos dados ao longo de toda a construção da teoria, até este processo ficar saturado (Fernandes & Maia, 2001).

Em semelhança com outras abordagens qualitativas, a colheita de dados para a *Grounded Theory* pode envolver múltiplas fontes como entrevistas, observações, dados de livros, jornais, fotografias e cartas (Glasser & Strauss, 1967), tudo o que esteja disponível, permitindo uma exploração total dos aspetos da teoria em processamento (Lima & Ferro, 2013).

1.1 Caraterização dos Participantes

Participaram nesta investigação oito profissionais de uma instituição de acolhimento temporário de crianças e jovens em risco da Região Centro de Portugal. Estes, apresentam-se como principais cuidadores das crianças, estabelecendo uma relação muito próxima com as mesmas num papel “substituto” dos cuidados parentais, tornam-se assim figuras de vinculação, acompanhando-as diariamente nas suas tarefas diárias, nutrindo uma interação de atenção e afeto; aconselhando-as e educando-as.

Os participantes foram selecionados com base num critério teórico, ou seja, procurou recolher-se uma amostra onde estivessem

presentes elementos de cada grupo de trabalho: cada turno; os dois sexos, tendo em consideração o facto de ambos poderem constituir-se como grupos contrastantes relativamente ao critério teórico inerente à construção da amostra.

Dos 8 funcionários entrevistados, 7 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

Em termos etários os funcionários situam-se entre os 33 e os 49 anos de idade, sendo a idade média de 41 anos.

A amostra é constituída por 8 funcionários de nacionalidade Portuguesa. Em média estes funcionários trabalham na instituição há 9 anos, sendo que a funcionária com mais anos de experiência conta com 16 anos ao serviço da instituição e a com menos tempo apenas (ou já) 2 anos.

Á exceção de um funcionário, todas são casadas.

O nível de escolaridade dos funcionários varia entre o 6º ano de escolaridade e licenciatura. Três funcionárias têm formação superior, Licenciatura em Ciências da Educação; Licenciatura em Línguas Clássicas e Licenciatura em Educação Social.

Todos os funcionários afirmam serem seguidores de valores católicos com exceção de um funcionário que afirma ser espírita.

1.2 Entrevista e Observação Direta

Segundo Ribeiro (2008), nos últimos anos observa-se uma crescente popularidade do método da entrevista nas áreas das ciências sociais e psicológicas, uma vez que representa uma alternativa na procura de informações para além do que é externalizado permitindo conhecer atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento.

Desta forma e representando a principal estratégia para aceder a narrativas (Murray, 2003), a entrevista permite ao investigador extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico (Ribeiro, 2008).

Habitualmente, no caso das investigações qualitativas num esforço para aceder a narrativas, a entrevista mais utilizada é semiestruturada. Esta não implica uma estrutura totalmente definida *a priori*, tornando-se flexível e permitindo ao sujeito escolher o que deve contar (Lima & Ferro, 2013)

Nesta mesma linha de pensamento, foi utilizada no presente estudo uma entrevista semi-estruturada com questões abertas orientadas para o objetivo do estudo, efetuadas de forma não diretiva oferecendo da mesma forma liberdade a todos os entrevistados para narrar as suas vivências abertamente.

A construção do guião de entrevista (anexo 1) teve como base a questão de investigação, ou seja, a tentativa de conhecer num estudo exploratório, o modo como os funcionários de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens em risco, lidam com as suas memórias de infância e a forma como o seu trabalho ativa essas mesmas experiências passadas. O guião foi sendo ajustado à medida que surgiam informações pertinentes ao fenómeno em estudo.

Para além de toda a informação recolhida na entrevista, um aspeto importante para a validação e compreensão do que foi efetivamente dito passou pela atenção e estudo dos aspectos não-verbais dos entrevistados, relacionados com a observação atenta da sua postura durante as entrevistas bem como do contexto institucional envolvente. Segundo Lima e Ferro (2013), estes dados apresentam-se como elementos enriquecedores das narrativas na medida em que reforçam as palavras ou sugerem outras interpretações, possibilitando um melhor ajustamento entre as interpretações científicas e a realidade dos participantes.

A observação foi realizada de modo sistemático ao longo dos oito meses de estágio, implicando assim uma interação entre pesquisadora e participantes, no entanto importa referir que o papel do investigador foi sempre delimitado por forma a evitar a perda da capacidade crítica do mesmo. A observação implicou o

aprimoramento das qualidades do saber ouvir, escutar, ver e assim fazer uso de todos os sentidos. Ao longo de toda a observação, as impressões iam sendo anotadas sistematicamente em memorandos para depois ser possível uma organização e análise da informação.

1.3 Procedimentos

Todos os participantes foram entrevistados no seu local de trabalho segundo a sua disponibilidade horária. As entrevistas foram compostas por duas abordagens e duraram entre quarenta minutos e uma hora.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, respeitando a privacidade e confidencialidade de cada participante e gravadas em registo áudio de forma a não ser perdida nenhuma informação.

Para que a teoria pudesse surgir de forma sólida, foram realizadas duas rondas de entrevistas com o intuito de não ser necessária mais informação sobre o assunto e assim atingir a “saturação teórica”.

Considerações para a Apresentação e Análise dos dados

Os processos de investigação/recolha dos dados por entrevista podem implicar um conjunto de riscos específicos que advêm da natureza do próprio processo.

Todos os funcionários logo numa primeira abordagem mostraram-se bastante recetivos e motivados para partilhar as suas experiências, opiniões e histórias pessoais. Foi notória uma grande emoção na maioria dos participantes, relacionada com a expressão de um apego emocional às crianças e com o relato de algumas experiências de perda, comportamento que evidencia de forma clara o sofrimento subjacente a esse mesmo processo. A emoção foi também notória nas invocações de memórias menos boas da infância e na

expressão de um saudosismo. De facto, levar alguém a recordar acontecimentos de infância e exprimi-los em situação de entrevista é uma tarefa que requer bastante sensibilidade por parte do investigador. Segundo Lima e Ferro (2013), o investigador deve procurar estabelecer uma relação de empatia e confiança com o entrevistado, para que este se sinta suficientemente confortável e seguro na autorrevelação desses acontecimentos.

Todos os funcionários falaram acerca das crianças com muito carinho, como se estivessem a falar de um “filho”. A preocupação com o bem-estar de todas as crianças foi notória em todas as expressões utilizadas e era visível a dificuldade que estas funcionárias apresentavam em descentrar-se do exercício da sua profissão (“desligar o botão”).

Foi possível observar uma certa contenção por parte dos funcionários especificamente no que respeita a assuntos que revelavam uma menor-conformidade com algo na instituição, com receio de represálias ou fugas de informação. O facto de saberem que as entrevistas estavam a ser gravadas também pode ter influenciado na sinceridade. Cremos que este fator possa ter influenciado a expressão dos funcionários dos aspectos negativos do seu trabalho, principalmente no que se relaciona ao questionamento do trabalho executado pela direção.

No final, todos os funcionários agradeceram a experiência, mostrando-se satisfeitos por poderem falar, por serem ouvidos e por reconhecerem a importância da sua opinião na investigação.

Posteriormente a uma cuidadosa transcrição das diversas entrevistas e análise da sua leitura, iniciou-se a organização dos dados em processos de categorização e conceptualização. Com vista a esta organização, os dados foram “arrumados” numa tabela: na primeira fase pelo processo de codificação (uma organização mais geral), e depois, numa análise mais específica, nos processos de categorização e conceptualização.

Seguidamente ao processo de codificação foi necessário formatar a tabela de dados por forma a agrupar todas as categorias iguais e dados correspondentes, formando assim conjuntos de dados para facilitar e tornar mais clara a análise, conceptualização e consequentemente a retirada de conclusões.

No final do processo de categorização, os elementos obtidos foram revistos por outros investigadores exteriores á recolha de dados por forma a garantir a confiabilidade e o sentido dos dados através do acordo entre observadores.

Assim, da análise das entrevistas realizadas obtiveram-se 7 categorias relevantes, organizadas em três temas de análise: o tema 1 - “Passado”, o tema 2 - “Presente” e um terceiro tema - “Futuro”. Estes três temas apresentam uma ligação entre si através de uma categoria central denominada core category “*Relação*”.

Segue-se a explicação da análise:

A *Core category* surgiu como central ao longo da análise do sujeito e do seu ciclo de vida. Assim ao longo da análise, constata-se um contínuo entre o sujeito enquanto ser relacional na infância e as memórias dessas mesmas relações e experiências; o sujeito no presente enquanto ser relacional na profissão com as suas crenças e com as crianças e, por último, o sujeito enquanto ser relacional com as suas próprias crenças face ao futuro (seu e das crianças).

Ainda na tentativa em organizar e sistematizar toda a informação para a retirada de conclusões, elaborou-se a partir da tabela de análise de dados, um diagrama. A visão gráfica dos dados facilita e sumariza a informação recolhida e auxilia na compreensão dos resultados (Diagrama1).

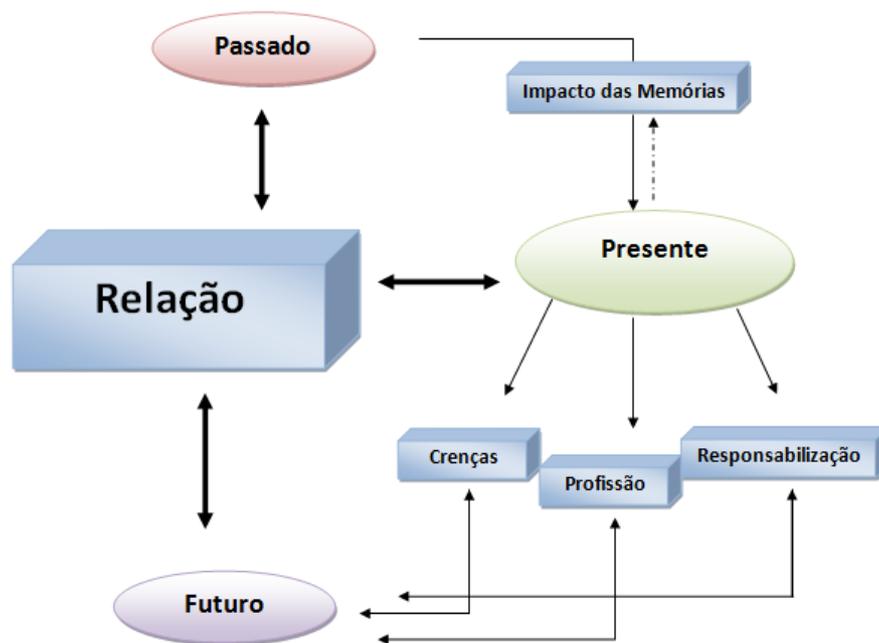


Diagrama 1

Análise e Discussão dos dados

Como referido anteriormente, alguns estudos têm surgido no sentido de analisar a forma como os profissionais encaram a institucionalização e como veem este processo (Machado & Gonçalves, 2008; Sá, Grilo & Trigo, 2008; Sousa, 2013). Importante não esquecer que todas as interpretações feitas por estes profissionais são inevitavelmente enviesadas pelas suas crenças, personalidades, e pelas suas próprias memórias e experiências anteriores.

Numa primeira instância, torna-se premente evidenciar a importância do trabalho desenvolvido por estes profissionais, num trabalho diário que procura insistentemente aliviar e suportar o sofrimento de todas as crianças acolhidas. Um trabalho onde a dor é partilhada e sentida por todos, um trabalho de máxima entrega e que requer um esforço acrescido por parte de todos os envolvidos. Os profissionais ressaltam um conjunto de qualidades imprescindíveis ao exercício da profissão, dentro destas, a sensibilidade, compreensão, carinho, paciência, amor e capacidade para desvalorizar as situações criadas pelo contexto, situações tidas como difíceis de suportar.

Anglin (2004) afirma algumas das características primordiais dos profissionais na relação com as crianças, como a capacidade de responder com respeito; capacidade comunicativa do saber ouvir e falar; capacidade para construir uma relação empática; capacidade para facultar organização, rotina e expectativas; compromisso e suporte emocional.

O reconhecimento da especificidade relacional desta profissão é um facto consciente nas expressões dos diversos funcionários: “ *Isto é como um trabalho de um enfermeiro, de um médico, não podemos estar só a pensar no ordenado no final do mês, temos que ter entrega...* ” (p6) ou “ *Coração, amor e muita paciência (...) as pessoas quando vêm para aqui, tem que vir com alma e coração.* ” (p5) ou “ *(...)eu não consigo mudar o Mundo, mas estou a contribuir para um mundo melhor e com este trabalho principalmente.* ” (p6)

A satisfação relatada pelos funcionários provém de fontes diversas: vocacionais, relacionais e profissionais, no entanto, esta traduz-se essencialmente numa satisfação pessoal comportada por um sentimento de gratificação subjacente ao trabalho com as crianças, especificamente por se tratar de um grupo de risco que deve ser ajudado, uma gratificação explicada por exemplo da seguinte forma: “ *Estou a ajudar crianças que precisam e tive a sorte de ter este trabalho que é mais gratificante para mim (...) ganho o meu dinheiro e ao mesmo tempo estou a ajudar alguém, ser útil.* ” (p4) ou “ *(...) aquela alegria em saber que as crianças precisam de nós e que nós fazemos o nosso melhor...* ” (p6) ou “ *Ajuda na autoestima. Uma pessoa sabe que aqui as crianças são felizes, dentro do pouco que a gente lhe pode dar* ” (p3).

A categoria central *Relação* permite estabelecer uma ponte entre as relações precoces dos sujeitos, as relações presentes que mantêm com a profissão e com as crianças e por último as relações com as suas próprias expectativas face ao futuro das crianças.

As crenças surgem inicialmente como resultado das relações precoces dos sujeitos e posteriormente como influência das relações presentes dos mesmos. Toda esta dinâmica é produtora de novas crenças futuras e dessa forma, também influenciam a relação presente que os profissionais estabelecem com as crianças (cf. Brunner, 2002/1999; Lechner, 2009; McAdams, 2001).

Como referido anteriormente, para serem capazes de criar ligações estáveis e seguras com todas as crianças e jovens institucionalizados e dessa forma reverter todo o contexto dramático de vivência das mesmas, os profissionais destas instituições necessitam de modelos internos e externos estáveis e seguros (Mota & Matos 2008); por sua vez, segundo diversos autores (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1973 apud Canavarro, 1997; Machado, 2009) é principalmente através das experiências relacionais na infância que estes modelos são construídos.

Assim, numa viagem retrospectiva ao passado das participantes, rapidamente nos apercebemos que o presente está longe de ser um tempo isolado de todas as experiências vividas na infância. Através dos relatos das participantes, foi-nos permitido criar um *continuum* entre o sujeito relacional no passado, a relação que estabelece consigo próprio, com o outro e com as suas crenças no presente e também sobre o futuro, com as expectativas em relação a si e ao outro. Este facto parece estar bastante consciente e verbalizado pelos mesmos: “*senão tivesse tido um bom crescimento, uma boa educação, não era hoje a pessoa que sou*”. (p3); ou “*Eu sou muito saudosista, recordo todos os dias da minha infância*.” (p6)

Como anteriormente referido, diversos autores (Batcho, Nave & DaRin, 2010; Canavarro, 1997; Chen, Liu & Kaplan, 2008; Hazan & Shaver, 1987; Fonseca, 2012; Freitas, 2011; Makusha, Richter, Knight, Rooyen & Bhana, 2013; Rodrigues, Figueirido, Pacheco, Costa, Cabeleira & Garinho, 2004) afirmam uma relação entre as memórias das experiências precoces do comportamento parental

vivido pelos sujeitos e aquilo que são atualmente as suas competências parentais e o seu trajeto de vida.

Em 1984, Bowlby defendia que as representações que os pais/mães tinham das suas próprias experiências de vinculação influenciam o seu comportamento enquanto progenitores e a qualidade das ligações que os seus filhos consigo estabelecem (Sagi-Schwartz & Aviezer, 2005).

Este pressuposto foi facilmente confirmado nas expressões das diferentes participantes, permitindo estabelecer uma continuidade entre as experiências precoces de parentalidade e os valores transmitidos no seu dia-a-dia em relação com as crianças: “(...) *acho que foi o que a minha mãe me transmitiu a mim e é aquilo que eu tento transmitir a estas crianças.* (p5); ou “(...) *os valores que me passaram também eu no dia-a-dia tento transmiti-los às crianças....*” (p1) ou “*O que eu quero transmitir às crianças é a forma como eu fui educada, dar valor às pequenas coisas, ao amor...*” (p6) ou “(...) *a minha avó (...) há coisas muito importantes que ela me transmitiu e que ainda hoje digo à minha filha.*” (p2)

Em relação à invocação de boas memórias de infância percebidas como recordações de uma infância Feliz, a maioria dos funcionários recorda momentos de interação com os irmãos, com os pais e brincadeiras como momentos tradutores dessa “Infância Feliz”, fazendo ainda referência à presença, pelo menos pontual, - em datas cultural ou familiarmente significativas - à família alargada: “*Eu adorava os Natais e Páscoa que era quando a família toda se reunia (...) gostava era de estar com as minhas primas, tias, todos juntos.*” (p3) ou “*Natal.... eu ia para casa dos meus pais...a troca dos presentes, a alegria deles...*” (p2) ou “(...) *convivíamos ali todos sem preocupação (...) fazia-me feliz estar junto com os meus irmãos e os meus pais.*” (p8).

Estes resultados vão ao encontro de um estudo realizado por Batcho, Nave e DaRin (2011). Os autores afirmam no seu estudo, que

a percepção de uma infância Feliz estaria diretamente ligada a experiências relacionais, e assim verificamos que, amor, elogios, e tradições da família foram lembrados como experiências de uma infância Feliz.

Relativamente às recordações de infância com uma valência negativa, podemos observar nos relatos dos funcionários uma maior influência atual destas mesmas experiências adversas. Estas, afirmam as más experiências como tendo uma influência nas suas relações e trajetos de vida atuais, dados não observados aquando o relato das experiências positivas. Estas experiências, expressas como negativas, estão na sua maioria relacionadas com o sentimento de perda, nomeadamente a perda de relações significativas: *“A morte do meu tio (emociona-se) tinha 6 anos (...) Lembro-me perfeitamente como se fosse hoje.”* (p5) ou *“A morte dos meus avós mexeu muito comigo.”* (p6) ou *“(...)quando o meu pai foi operado de urgência ao coração (emociona-se)(...) Ficou sempre marcado e hoje em dia tem repercussões na minha vida.”* (p3)

Atendendo particularmente ao caso do (p2) que nos relata a experiência de uma infância separada dos pais como limitadora no presente, quer na sua relação com a filha quer na relação com a profissão e as crianças, contando uma situação de apego a uma criança cuja separação/perda foi sentida de uma forma emocionalmente muito dolorosa: *“A pior das recordações era a partida. Foi aquilo que mais me marcou e que se repercutiu na minha filha (...) não suportava as separações, não conseguia deixa-la. (...) tive um caso (...) aquela criança tocou-me muito (...) e quando eu soube que ele ia ser entregue aos pais (...) sofri muito, chorei muito e passou-me tudo pela cabeça, até raptá-lo, fugir com ele.”* (p2)

Através dos relatos das funcionárias é possível concluir uma interligação notória entre passado e presente, especificamente em relação às experiências relatadas e às crenças que agora postulam no trabalho desenvolvido por cada profissional, muito particularmente no

caso do (p4). Esta afirma um passado traumático, exposição a maltratos e negligência. No entanto, porque vivenciou a situação de uma forma muito intensa, nega qualquer benefício da institucionalização e afirma que a melhor solução para as crianças que sofrem de maus-tratos e abusos continua a ser estar ao lado do pai e da mãe. “ (...) *se tivesse vivido a minha infância neste tempo de agora, se calhar tinha vindo parar a uma instituição (...) Preferia estar ao pé da minha mãe, mesmo ela me batendo e termos muitos irmãos e tendo dificuldades do que vir para aqui*”. (p4)

A influência do passado é igualmente notória na atração/gosto e explicativa de aptidões dos funcionários no trabalho com as crianças, assim, a maioria apresenta um histórico de cuidadores dos seus próprios irmãos: “(...) *quem tem irmãos mais novos tem que crescer (...) sempre gostei muito de crianças, não tomasse eu conta da minha irmã mais nova*”. (p6) ou “*eu não sei fazer outra coisa na vida, desde nova que tomei conta dos meus irmãos*” (p4).

No contexto profissional as relações que estes profissionais estabelecem com as crianças, são apresentadas como fatores que invocam uma ativação de memórias, nomeadamente relacionadas com momentos de interação, conversas, jogos e brincadeiras. Também características da personalidade das crianças são em certos momentos invocadoras de memórias da infância, no sentido de determinada criança apresentar semelhanças à ideia que o cuidador tem de si mesmo na infância, remetendo assim para uma identificação com a personalidade da criança: “(...) *as brincadeiras deles fazem-me lembrar a minha infância, as conversas deles fazem-me lembrar as conversas que eu tinha*”. (p2) ou “(...) *principalmente quando eles calçam os sapatos ao contrário (ri)... A sério, a Joana faz-me recordar muito porque eu era muito de dança, com o pau da vassoura dançava e também calçava os sapatos ao contrário (...) mesmo a maneira dela ser, assim muito faladora, muito adoradinha por todos faz-me recordar.*” (p6)

Nas situações em que os cuidadores revelam experiências de relacionamento ausentes na infância, a ativação de memórias decorre de uma comparação da situação presente das crianças institucionalizadas com a sua própria experiência na infância: *“Natal...eu lembro-me porque quando eles vinham para passar o Natal eu ficava radiante, mas quando tinham que ir embora eu sofria por eles não estarem... era aquela saudade que é o que se passa com estas crianças”* (p2) ou *“Quando entra uma criança nova e chora (...) eu penso logo que no lugar deles, mesmo a minha mãe não sendo carinhosa nem nada que se pareça, eu também queria estar sempre ao pé da minha mãe”* (p4)

De facto, podemos concluir que todo o trabalho institucional gira em torno de questões relacionais, começando pelos problemas relacionais que estão na base do encaminhamento das crianças para as instituições. Segundo as narrativas dos profissionais estes problemas relacionais mantêm-se no presente, contribuindo da mesma forma para a construção de crenças de baixa eficácia e incapacidade, geradoras de um sentimento de tensão e frustração em todos os profissionais.

A prática relacional e educativa posta em prática pelos profissionais, para além de ser influenciada pelas experiências passadas de cada um, como referenciado ao longo desta dissertação, é da mesma forma influenciada por diversos fatores externos/circunstanciais.

Falamos portanto de “Profissionais da Relação”, que vivem diariamente com a responsabilidade de “ter, ser e dar” e com o risco recorrente de perder aquilo que conquistam diariamente. Estes, frequentemente apelidados de “Pais Substitutos”; “Cuidadores” ou simples “Auxiliares”, têm como principal função o estabelecimento de uma relação com todas as crianças e jovens institucionalizados, que se prevê que seja positiva e ajustada. Falamos de uma profissão complexa e muito pouco específica, facto observado aquando o preenchimento dos dados pessoais de cada funcionária. Numa

instituição onde apresentam tarefas muito similares, a categoria profissional é inespecífica, variando entre Ajudante de Ação Educativa 1; Técnica de Serviços Gerais 2; Auxiliar de Serviços Gerais 1 e Auxiliar de Educação. Esta inespecificidade remete-nos para um défice de estruturação, planificação, organização da profissão, contribuindo assim para a inexistência de uma delimitação de objetivos, implicando de igual forma um impacto negativo na qualidade de relação que o funcionário estabelece com a sua profissão e com as exigências da mesma.

Para além do descontentamento relatado pelas participantes em relação a esta inespecificidade e subjetividade da categoria profissional a que pertencem, também foi possível observar alguns comentários de desagrado em relação á remuneração: “*Ando-me aqui a chatear por 500 euros?*” (p8) (conforme memorando do dia oito de Abril de 2015).

Assim, em congruência a este pressuposto, como referido anteriormente, Gomes (2012), aponta uma necessidade de consideração mais especializada da profissão e uma remuneração de acordo com a responsabilidade que esta acarreta.

Olhar a instituição como um local capaz de satisfazer o estabelecimento de relações afetivas estáveis, continuadas e significativas, necessidade básica e fundamental para um desenvolvimento integral e harmonioso nos diversos níveis de desenvolvimento da criança, parece culminar numa utopia.

Esta dificuldade prática começa logo por surgir na terminologia destes centros de acolhimento ditos temporários. De facto, o estabelecimento de uma vinculação segura com figuras alternativas aparece-nos, como referido anteriormente, como uma oportunidade para a criança superar o risco (Dozier, Stovall, Albus & Bates, 2001; Mota & Matos, 2008). Não obstante, criar laços requer uma estabilidade e um investimento que se torna impossível de ser suportado devido ao carácter tendencialmente temporário deste tipo de

instituições: “(...) temos que pensar que estas crianças são um bocadinho nossas, ainda que a passagem delas seja muito curta por nós...” (p5)

Podemos concluir um sentimento de frustração associado à extrema dificuldade destes funcionários investirem na relação com as crianças, reconhecendo a importância dos momentos de interação como elementos de suporte e auxílio. Esta dificuldade está diretamente relacionada com as condições de trabalho/ exigências da profissão expressas por défices no sistema, mencionada por pouco tempo disponível pela existência de outras tarefas a fazer e o número reduzidos de funcionários para o número excessivo de crianças. Esta incapacidade é causadora de insatisfação e geradora de tensões: “(...) quando não há tempo para eles, quando não há tempo para fazermos atividades com eles, temos outras tarefas para fazer”. (p5) ou “(...) nós por exemplo, em casa com um filho temos mais tempo com ele, (...) aqui muitas das vezes devido às varias tarefas que temos que desempenhar, não dá para dar aquela atenção que eles deviam ter.” (p2) ou “(...) nós ficamos irritadas porque sabemos que devemos dar o máximo e não temos as condições necessárias” (p3).

Estas condições de trabalho, para além de serem geradoras de um sentimento de frustração têm uma implicação bastante negativa no desempenho das funcionárias. A existência de muitas tarefas a desempenhar e o número de funcionárias deficitário em comparação com a exigência do número de crianças, dificulta uma prática relacional e educativa positiva, principalmente em relação a uma pobre estimulação da autonomia de todas as crianças. A fraca promoção da autonomia pode ser percebida em diferentes “rituais” e atividades institucionais, como o facto de as crianças não tomarem banho sozinhas, não se vestirem sozinhas e não comerem sozinhas.

No ponto de vista identitário e de construção do sentido de pertença seria pertinente cada criança ter a sua própria roupa e nutrir uma certa autonomia na escolha da mesma. Em contexto de

observação, esta mesma ausência de autonomia na escolha da roupa foi observada como um elemento gerador de conflitos diários na relação entre criança-funcionária.

Com base na importância de uma vinculação positiva e ajustada, os funcionários do CAT assumem-se como “pais e mães substitutos” de todas as crianças, no entanto, podemos concluir um sentimento de frustração associado à consciência dos cuidadores de que, apesar de todos os esforços, o objetivo final torna-se falível pelo facto de faltar sempre algo e o papel de mãe e de pai ser de facto um papel insubstituível: *“Nós tentamos sempre dar o carinho, afeto e educação que uma família à partida tem que dar, no entanto falta sempre o pai e a mãe” (p1)* ou *“Às vezes há um bocadinho de frustração, embora nós não tenhamos culpa. Nós é que cuidamos das crianças diretamente, tento dar o meu melhor, dou-lhes carinho mas também lhes dou educação.” (p8)*

O facto destes cuidadores se assumirem como “pais e mães substitutos” e assumirem estas crianças como suas filhas, leva à existência de um apego visível em todas as expressões utilizadas pelos mesmos. Estes, verbalizam um apego muito grande a todas as crianças que, com a perda inerente à condição de “Acolhimento Temporário”, se torna um elemento gerador de sofrimento e tensão. Para conseguirem contornar este facto é criada uma espécie de resistência psicológica que funciona como um mecanismo de defesa para que a perda não seja sentida como algo tão doloroso: *“Sim claro, no início custava mais quando eles saíam, porque a gente agarrava-se a eles, mas depois é uma questão de hábito.” (p1)* ou *“Neste momento consigo gerir muito bem, porque jurei a mim mesma que nunca mais me ia afeiçoar a uma criança”. (p5)*

Assim, baseado neste pressuposto, acredita-se que, numa tentativa em antever o sentimento da perda de uma relação como um mecanismo de defesa, as funcionárias optam por não se entregarem totalmente na relação com as crianças para evitarem sofrer - elas

próprias - com a perda. Estes comentários foram recorrentes durante o período de estágio, expressos por *“não te apegues muito a ele... olha que qualquer dia já vai embora e depois custa-te”*. (p8 - conforme memorando do dia dez de Dezembro de 2014)

Apesar das funcionárias afirmarem que no início “custava” e agora já estão “mais habituadas”, o discurso não é congruente com as suas manifestações emocionais e comportamentais. Em contexto de observação e em contexto de entrevista, quando falam em alguma criança que esteja a passar por alguma dificuldade ou quando o processo não teve o final desejado, estas choram e revoltam-se com facilidade. Acredita-se que estas manifestações comportamentais possam estar relacionadas com o mecanismo de defesa “Negação”; relacionado com a recusa do sujeito em aceitar a existência de uma situação penosa demais para ser tolerada (Bowins, 2004; Cramer, 2009). As funcionárias negam a realidade, recusando-se a reconhecer a existência de uma angústia perante a perda numa tentativa insistente de auto dissimulação. Assim, admitir a dor despertada pela perda, causaria uma maior angústia.

Interligado a este apego emocional e uma forma onde é possível observar a incongruência acima descrita, está relacionada com o relato de uma dificuldade no distanciamento em relação ao trabalho. Por este ser de facto um trabalho de muita entrega, as participantes relatam uma grande dificuldade em “desligar o botão”, implicando uma incapacidade de se descentrarem do seu trabalho no término do mesmo, afirmando que levam as situações diárias, preocupações e problemas para casa: *“(...) não conseguimos desligar o botão quando saímos daqui, porque se fica um menino doente nós ficamos preocupadas, estamos em casa e a pensar o que se está a passar...”*(p2) ou *“(...) é que às vezes levamos muita coisa para casa, quer queiramos quer não.”* (p8)

Outro dos problemas subjacentes e impeditivos de uma prática relacional qualificada passa pela utopia dos atuais esforços em facultar

às instituições uma posição terapêutica assente num modelo familiar (Gomes, 2010; Pacheco, 2010).

Considerando o contexto institucional como um sistema mais circunscrito e padronizado em comparação ao contexto familiar (Sloutsky 1997), seria importante oferecer à criança a interação com novos contextos e experiências, alargando assim a sua zona de conforto e perspetivando uma melhor autonomia, culturalidade e crenças pessoais. Nesta linha, as participantes verbalizam uma preocupação com o contexto limitado em que as crianças crescem, expressando da mesma forma uma necessidade em expandir este mesmo contexto, como uma importância primordial para o desenvolvimento da criança: *“Eu acho que estas crianças mereciam ter mais convivência com outras pessoas, não só conosco, além disto não conhecem muito...”* (s5) ou *“(...) não achava correto a criança conviver só com adultos, especialmente mulheres... eu acho que a criança tinha que ter outra visão do Mundo...”* (s6)

Para ser possível a realização de uma prática assente num modelo familiar ajustado, seria necessária uma maior formação dos profissionais que trabalham com estas crianças, funcionando como um fator de proteção com vista a uma prática relacional e educativa qualificada, permitindo isolar ou diminuir a influência de experiências passadas no exercer da profissão; para que o modelo de família posto em prática pelas cuidadoras comporte uma menor suscetibilidade de se basear em crenças e experiências passadas.

Importa portanto, olhar para esta problemática numa perspetiva de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida (Bowlby, 1956; Bowlby 1984 apud Sagi – Schwartz & Aviezer, 2005; Machado, 2009), o que, como afirma Canavarro (1997), “para qualquer relação interpessoal, os indivíduos trazem consigo memórias de relações passadas e expectativas de relações futuras” (p.70). Com base nesta perspetiva, na real ausência de formação, os cuidadores deixam-se entregues ao modelo familiar deles próprios e determinados

pelas experiências e memórias da sua própria vida (Anglin, 2004; Bloom, 2005; DCP, 2009). Este facto contribui para um aumento da incongruência vivida na instituição, onde, com falta de formação, cada cuidadora terá a sua forma de educar e resolver conflitos, determinada como atrás mencionado, pelas suas vivências.

De facto, podemos concluir através do relato das participantes, para além de uma ausência de formação especializada, a consciência desta, como um elemento limitador de uma prática positiva: *“O problema é que eles são educados por muitas colegas o que faz com que eles sejam mal-educados, porque umas educam de uma maneira e outras educam de outra”*. (p4) ou *“(...) eu não tinha a noção do que era esta realidade, sabia que existia... mas não tinha noção.”* (p1) ou *“(...) eu queria obter mais conhecimentos e ir ao encontro de algumas dificuldades, (...) porque às vezes não é só repreendê-las mas saber que aquela criança está a ter determinado comportamento e percebermos o porquê...”* (p6)

Esta falta de formação, para além das implicações negativas na prática relacional e educativa com as crianças, implica também sentimentos de frustração nos profissionais, dada a escassez de recursos para atender às necessidades das diferentes situações inerentes ao contexto profissional (Bloom, 2005).

Na presente investigação, o nível de escolaridade das oito participantes varia entre o 6º ano de escolaridade e licenciatura, sendo que três funcionárias têm formação superior, duas completaram o 12º ano de escolaridade, duas o 9º ano e apenas uma, o 6º ano de escolaridade.

Cheung, Goodman, Leckie & Jenkins (2011), sugerem que profissionais com um maior nível de formação/educação apresentam uma maior sensibilidade no conhecimento e atendimento das necessidades de cada criança; no entanto, acreditamos na importância e necessidade de uma formação especializada em função do contexto e das necessidades do grupo alvo.

Segundo Anglin (2014) e Bloom (op. cit), a formação dos cuidadores deverá pressupor uma compreensão sobre a origem e gestão do comportamento subjacente à dor das crianças, por forma a unificar uma prática compreensiva, reflexiva e respeitadora por parte de todos os cuidadores.

Como referido anteriormente, a atual etiologia do fenómeno de acolhimento parece estar maioritariamente relacionada com a negligência de cuidados, educação e saúde (Gomes, 2010), agravada pelo contexto atual de crise (Leahy, Healy & Murphy, 2015; Canotilho, 2015; Ferreira, 2010; Unicef, 2013). Esta inferência torna saliente a importância de um trabalho de apoio às famílias vítimas deste mesmo contexto, factos verbalizados nas diversas entrevistas das participantes. Os cuidadores abordam a falta de um trabalho de suporte e auxílio com as famílias que se apresentam social/económica/culturalmente menos capazes de suprir as necessidades dos seus filhos. Esta crença concensual da necessidade de apoio às famílias está diretamente relacionada com a consciência dos funcionários em saberem que uma instituição está longe de substituir o papel de um pai e de uma mãe: *“Acho que havia de haver um acompanhamento mais exaustivo para recuperar primeiro as famílias antes de realmente tirar as crianças... (p7) ou “(...) falta muito trabalho com as famílias (...) se fossem apoiadas a nível de tudo, muitas crianças não precisavam de ser retiradas”. (p3) ou “(...)podiam ajudar às vezes os pais (...) porque há muitos que precisam é de uma ajudinha a nível económico.” (p8)*

Falamos de famílias com disfunções intensas, recorrentes casos extremos de negligência, abuso físico, sexual e emocional, morte ou abandono de crianças, e que habitualmente se mantêm rigidificadas nestes funcionamentos por falta de um trabalho concreto e organizado por parte de equipas multidisciplinares (Strecht, 2010).

Importa lembrar que a construção de uma vinculação segura depende não somente dos pais mas também da sociedade em geral,

como afirma Bowlby, (1951, cit *in* Machado, 2009), tal como a criança necessita dos seus pais, também estes necessitam da sociedade essencialmente em termos económicos e de oportunidades.

Segundo Gomes (2010), a intervenção permitiria ativar competências da família e ajudá-la a transformar a crise em oportunidades.

Por último, a relação atual com a profissão e com as crianças, para além de ser influenciada pelas experiências/valores passados e fatores externos/circunstanciais presentes, como podemos observar ao longo da discussão, é da mesma forma influenciada pelas crenças futuras dos profissionais.

Dessa forma, os valores transmitidos e os modelos de relação dos profissionais, têm por base a tentativa de garantir um bom ajustamento da criança no futuro, quer na sua vida em sociedade ou numa adaptação positiva por outra família, e estão diretamente relacionados com o sentimento de responsabilidade para com o desenvolvimento positivo e ajustado das crianças face às exigências do futuro.

Os funcionários acreditam num futuro promissor ao nível socio-emocional e cognitivo para as crianças institucionalizadas, afirmando que “com um suporte” (*p1; p2; p3*) conseguirão alcançar sucesso e uma trajetória saudável, sendo que a esperança na capacidade dos mesmos construir uma família residirá no desejo de tentar dar aos seus filhos as oportunidades que eles mesmos não tiveram.

Também nos invoca Strecht (2012) esta possibilidade da criança no futuro, construir a sua própria família isolando todo o sofrimento a que esteve exposta, procurando desejar para os seus filhos tudo o que de bom experienciou e evitando tudo o que mau sentiu.

Reflexão a Partir dos Dados e Limitações do Estudo

A influência das memórias parentais segundo vários estudos apresentados tem repercursões na vinculação do sujeito ao longo da sua vida, no seu bem-estar e dessa forma, no caso de adultos que trabalham nas instituições de Acolhimento de menores, julgamos que o estudo acerca das suas memórias de infância e a oportunidade de se refletirem enquanto indivíduos, poderia vir a ter impacto na qualidade do apoio e investimento parental a todas as crianças e jovens institucionalizadas; não obstante, não podemos olhar esta influência de forma linear e determinista. Makusha, Richter, Knight, Rooyen e Bhana (2013) lembram a existência de outros fatores: fatores socioculturais e económicos, género, expectativas sociais e crenças, personalidade e qualidade do relacionamento conjugal (Chen, Liu & Kaplan, 2008).

O material retrospectivo pressupõe a utilização de memórias dos indivíduos para obter informação sobre épocas passadas de vida.

Para alguns autores, a maior limitação das investigações em que é utilizada informação retrospectiva é a fraca fiabilidade e acuidade do método retrospectivo em relação à realidade passada (Halverson, 1988; Festinger 1957 cit *in* Canavarro, 1997). Os autores afirmam que ao relembrar o passado, os adultos tendem a interpretá-lo e a reconstruir os acontecimentos em função da sua própria personalidade e das teorias implícitas sobre si próprios e os outros.

No entanto importa referir que esta investigação não procura uma verdade narrativa, validar determinada teoria ou neutralizar os possíveis enviesamentos decorridos na investigação, mas identificar esse valor subjetivo através da obtenção de informações minuciosas, interligação com a obtenção de dados recolhidos através de outras fontes, nomeadamente a observação em contexto de entrevista e de trabalho e identificação de técnicas de análise. Reconhecemos que a investigação qualitativa, como qualquer método científico, tem de assegurar a validade das inferências produzidas e por isso obedece a

um conjunto de técnicas específicas com fim a assegurar a validade dos resultados, daí que tenhamos continuado a procurar outras leituras, outros estudos e reflexões sobre as questões da infância, da vinculação, do desenvolvimento humano, da importância da memória e de como os “factos” que recordamos são/podem ser trabalhados no presente.

A situação de trabalho destes cuidadores, destas cuidadoras de crianças com um historial de profundas dificuldades de desenvolvimento, com histórias de perdas várias e sofrimento que daí advém, levou-nos a tentar uma investigação que, enquanto “setting” para recolha de dados se assumisse também como possibilidade de tempo e espaço para cada profissional/participante se refletir e sobre si mesmo(a) conseguir expressar o que de mais marcante guarda da sua própria infância ao mesmo tempo que procurava recontar como se percebe enquanto profissional e indivíduo-chave para a promoção do desenvolvimento de crianças em risco.

Em 2005, Sandra Bloom, escrevia que crianças traumatizadas dificilmente teriam as suas “feridas” saradas sem antes traumatizarem as próprias organizações de acolhimento, cremos que assim é.

Cremos, de facto, que a ideia de “trauma” não se utiliza aqui com o sentido estrito clínico que podemos imediatamente dela retirar, antes julgamos ser uma chamada de atenção para a necessidade inequívoca de encarar esta situação – do Acolhimento – como uma experiência radicalmente relacional. No mesmo sentido surgem as reflexões apresentadas pelo grupo de trabalho do departamento “for child Protection” do governo Australiano, em 2009, a partir das abordagens de J. Anglin e S. Bloom (já referida) importa a reflexão pessoal e o desenvolvimento de um sistema de/para a compreensão das pessoas e situações que oriente o comportamento, a tomada de decisão, a resolução de problemas e a solução de conflitos na realidade do acolhimento. “Residential care staffs need to be encouraged to... engage in ongoing reflective practice”. (DCP, 2009, p.

5).

Quando pensámos inicialmente no desenho do nosso estudo, apenas instuámos a possibilidade destes/as adultos/as cuidadores/as terem algum insight da importância das suas próprias vivências enquanto crianças no desempenho e desenvolvimento profissional; agora que a investigação se concluiu e tivemos oportunidade para nos distanciarmos um pouco do trabalho de pesquisa, é relevante perceber que a afirmação “*Early attachment experiences are apparently represented and carried forward, setting conditons for seeking, interpreting, and reacting to later experiences. But later experience also alters representations in ongoing transactional manner (Carlson et al., 2004)*” (Sroufe, Egeland, Carlson & Collins, 2005, p. 67).

Conhecer o sentido que os sujeitos dão aos seus atos, conhecer as suas crenças, explorar as suas experiências comporta um conhecimento complexo e profundo. Desta forma, este tipo de investigação traduz uma forma de obter informação rica e não uniformizada acerca de aspectos não mensuráveis por forma a poder estudar a pessoa enquanto sujeito individual e complexo.

Apesar de ter contado com um grupo reduzido de participantes, cremos que este será apenas o primeiro de muitos estudos em diferentes instituições de Portugal, visando o aprofundar do conhecimento acerca dos/as profissionais, para que assim se possa compreender melhor toda a dinâmica institucional e dessa forma podermos oferecer a todas as crianças e jovens, um acolhimento que promova o seu desenvolvimento integral e harmonioso, tendo em vista uma prática positiva baseada numa formação concisa e supressora das necessidades de todos os profissionais. De facto só assim poderemos fazer jus aos fundamentos da GT, procurando, de forma constante e insistente, uma pesquisa por mais informação e novos dados.

Também é importante referir que, devido ao número de participantes e com fim à salvaguarda da confidencialidade e privacidade dos mesmos, os memorandos escritos ao longo de todo o

processo de estágio não constam na presente investigação.

Reflexão final

Os resultados apresentados neste estudo revelam-se potencialmente otimistas. Podemos concluir através destes, a importância dos profissionais dos centros de acolhimento para crianças e jovens em risco no desenvolvimento destas mesmas crianças e jovens, reforçando a importância de um trabalho que envolva equipas multidisciplinares, com qualificação para poderem resolver de forma eficaz os problemas e oferecer à criança a experiência de relações positivas e ajustadas; uma vez que são as novas relações com adultos saudáveis a chave para estas crianças criarem novos capítulos nas suas trajetórias de vida e aprenderem a viver melhor com elas próprias e com os outros. Assim, uma prática qualificada fundamentada por uma formação especializada a todos os profissionais, permitiria diminuir a influência das experiências passadas e crenças menos ajustadas dos mesmos, enriquecendo o repertório de respostas a problemas subjacentes às exigências da profissão e das próprias crianças, visando uma atuação menos enviesada e mais qualificada em prol de um desenvolvimento harmonioso de todas as crianças institucionalizadas. Acreditamos portanto, na importância da implementação de programas de formação para este grupo específico, fundamentados numa cultura de informação sobre o trauma, como exemplo, *“The Sanctuary Model”* (Bloom, 2005). Este constitui-se como um programa de informação específica sobre o trauma, destinada a profissionais de instituições de acolhimento de crianças e jovens em perigo, com o objetivo de promover uma resposta ajustada destes a todas as exigências do contexto.

Reforçamos também a importância da existência de um meio exterior protetor e reparador para que as crianças se possam (re)organizar interiormente; a necessidade de apoio à família por

forma a fornecer ferramentas para que os pais se tornem capazes de satisfazer ajustadamente as necessidades das suas crianças e diminuir assim também o risco da transmissão intergeracional do fenómeno bem como da existência de uma intervenção precoce que acredite na evolução da criança e contribua assim para diminuir o seu risco.

Todos estes esforços organizados num objetivo fundamental assente numa verdadeira política de prevenção; como afirma Strecht (2012), atuar hoje é evitar um futuro na rua, nos hospitais, nos tribunais e nas prisões.

Bibliografia

Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.

Ainsworth, M. D. S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46, 331-341.

Ainsworth, M. D., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment. A psychological Study of the strange situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum associates.

Albano, A. H. (2006). Memória temporalidade do rastro e confissão. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 8, 03-13.

Alberto, I. M. M. (1999). *Avaliação da Perturbação Pós-stress traumático (PTSD) e suas consequências psicológicas em crianças e adolescentes vítimas de maltrato*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia apresentada à Universidade de Coimbra.

Anglin, J. P. (2004). Creating “well-functioning” residential care and defining its place in a system of care. *Child and youth Care Forum*, 33(3), 175-192.

Anglin, J. P. (2014). Pain-Based Behavior with Children and Adolescents in Conflict. *Reclaiming Children and Youth*, 22(4), 53-55.

Bacho, Nave & DaRin (2011). A retrospective survey of childhood experiences. *Journal of Happiness Studies*, 12, 531-545.

Bastos, A. & Nunes, F. (2009). Child Poverty in Portugal. Dimensions and dynamics. *Childhood*, 16(1), 67-87.

Bazon, M. & Biasoli-Alves, Z. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 13(1), 199-204.

- Belsky J. (1993). Etiology of child maltreatment: a developmental - ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Belsky, J. (1996). Parent, infant, and social-contextual antecedents of father-son attachment security. *Developmental Psychology*, 5, 905-913.
- Belsky, J., Capaldi, M., & Conger, R. (2009). The Intergenerational Transmission of Parenting: Introduction to the Special Section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1201–1204.
- Bloom, S. L. (2005). The Sanctuary Model of Organizational Change for Children’s Residential Treatment. *Therapeutic Community: The international Journal for Therapeutic and Supportive Organizations* 26(1), 65-81.
- Bowlby, J. (1956). The growth of Independence in the young child. *Royal Society of Health Journal*, 76, 587-591. www.psychology.cunysb.edu/attachment/online/independence.pdf (consultado em 20/05/2015).
- Bowins, B. (2004). Psychological Defense Mechanisms: A new perspective. *The American Journal of Psychoanalysis*, 64(1), 1-26.
- Bruner, J. (2002/1990). *Actos de Significado*. (Trad. Vanda Prazeres). Lisboa: Edições 70.
- Canavarro, M. C. (1997). *Relações Afectivas ao longo do Ciclo de Vida e Saúde Mental*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Canotilho, M. (2015). *The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU: country report on Portugal*. Brussels: European Parliament.
- Carvalho, M. J. F. L. (2013). *Crianças e Jovens em Risco – Jovens em*

Acolhimento Institucional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

Charmaz, K. (2008). *Constructing and the Grounded Theory*: In J. A. Holstein & J. F. Gubrium. (Eds), *Handbook of constructionist research* (p. 397 – 412) New York: The Guildfor Press.

Chen, Z. Y., Liu, R. X., & Kaplan, H. B. (2008). Mediating Mechanisms for the intergenerational Transmission of Construtive Parenting: A Prospective Longitudinal Study. *Journal of Family Issues*, 29(12), 1574-1599.

Cheung, C., Goodman, D., Leckie, G. & Jennifer, J. (2011). Understanding Contextual Effects on Externalizing Behaviours in Children in Out-of-Home Care: Influence of Workers and Foster Families. *Children and Youth Services Review*. 33(10). 2050-2060.

Conway, M. A., & Holmes, A. (2004). Psychosocial stages and the accessibility of autobiographical memories across the life cycle. *Journal of Personality*, 72, 461-480.

Corbin, J. & Strauss, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, 1(12), 4-21.

Cramer, P. (2009). *Seven Pillars of Defense Mechanism Theory*. Atas eletrónicas do Congresso Annual Meeting od the Rapaport-Klein Study Group organizado pelo Austen Riggs Center, Stockbridge, Massachusetts, 13 de Junho de 2009.

Crowell, J. A., & Waters, E. (2005). Attachment representations, secure base behavior, and the evolution of adult relationships: The Stony Brook Adult Relationship Project. In K. E. Grossmann, K. Grossmann & E. Waters (Eds), *Attachment from Infancy to Adulthood: The major longitudinal studies*, 223-244.

Daly, K. (2014). *Redressing institutional abuse of children*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

DCP – Department for Child Protection (2009). *Residential Care Conceptual and Operational Framework*. www.childprotection.wa.gov.au (consultado em 27/06/2015).

Dorian, M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(3), 70-75.

Dozier, M., Stovall, K., Albus, K., & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of caregiver state of mind. *Child Development*, 72(5), 1467-1477.

Fante, A. P. & Cassab, L. A. (2007). Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* 6(1), 154-174.

Fernandes, E. & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes & Almeida (Eds.). *Métodos e Técnicas de Avaliação. Contributos para a Prática e Investigação Psicológicas*. Braga: UM, Centro de Estudos em Educação e Psicologia.

Ferreira, A. G. (1996). A criança no Portugal de Setecentos: Contributo para o estudo da evolução dos cuidados e das atitudes para com a infância. TD Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Ferreira, J. M. L. (2010). Sistema de protecção à infância em Portugal: uma área de intervenção e estudo do Serviço Social. *Revista Katálysis Florianópolis*. 13(2), 229-239.

Ferro, M. (2012). *O regresso da História – O Século XXI não pára de nos surpreender*. (Tradução Susana Pires). Lisboa: Bertrand Editora.

Fonseca, I. I. (2012). *A Gravidez na Adolescência: Vinculação pré-natal, memórias de práticas educativas parentais e suporte social*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa.

Freitas, E. H. (2011). *A importância das Memórias dos Cuidados Recebidos na infância e a Qualidade do Investimento Parental em Mães de Bebês Pré-Termo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa.

Furlanetto, B. H. (2008). *Da infância sem valor à infância de Direitos: Diferentes construções conceituais de infância ao longo do tempo histórico*. www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/892_632.pdf (consultado em 20/05/2015).

Glaser, B. & Hon, D. (2007). All is data. *The Grounded Theory Review*, 6 (2), 1-22.

Glaser, B. & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago, IL: Aldine Publishing Co.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editora.

Goodnow, J. J. & Collins, W. A. (1990). *Development according to parents: The nature, sources, and consequences of parents' ideas*. London: Erlbaum.

Göncü, A., & Klein, E. (2001). *Children in play, story and school*. New York, NY: Guilford Press.

Hazan, C. & Shaver, P. R. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.

Hecht, B. & Silva, P. (2009). *Crianças institucionalizadas: A construção a partir da privação do vínculo materno*. Dissertação de mestrado de Psicologia. Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Johansson, J. & University of Göteborg. (2007). *Residential care for young people in Sweden: Homes, staff and residents*. Göteborg: Department of Psychology, Göteborg University.

Jones, K. W. (1999). *Taming the Troublesome Child*. American Families, Child Guidance, and the limits of Psychiatric Authority. Harvard College.

Josselson, R. (1995). Narrative and psychological understanding. *Psychiatry* 58(4), 330-343.

Leahy, A., Healy, S., & Murphy, M. (2015). *Poverty and inequalities on the rise: just social models needed as the solution!*. Dublin: Social Justice Ireland.

Lechner, E. (2009). *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares*. Porto: Edições Afrontamento

Lima, L. N. & Ferro, M. J. (2013). *Grounded Theory - Uma metodologia qualitativa de investigação*. Manual Pedagógico de apoio ao Seminário de Investigação / Tese de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento. Faculdade de psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

Lima, L. N. (2009). *Estórias e projectos de vida de adolescentes institucionalizados*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra.

Machado, C. & Gonçalves, R. (2008). *Violência e vítimas de crimes, volume 2: crianças (3.ª ed.)*. Coimbra: Quarteto.

- Machado, T. S. (2009). Vinculação aos Pais: Retorno às Origens. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(1), 139-156
- Martins, E., & Szymanski, H., (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia* 9(1). 177-187
- Martins, P. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais” In Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?* Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Maio de 2005
- Martins, E. C. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Revista Infância e Juventude* (4), 93-130.
- Matos, P. & Costa, M. (2006). Vinculação aos pais e ao par romântico em adolescentes. *Psicologia*, 20(1), 97-126.
- Makusha, T., Richter, L., Knight, L., Van Rooyen, H. & Bhana, D. (2013). "The good and the bad?" childhood experiences with fathers and their influence on women's expectations and men's experiences of fathering in rural KwaZulu-Natal, South Africa. *Fathering*, 11(2), 138-158.
- McAdams, D. P. (2001). The psychology of life stories. *Review of General Psychology*, 5, 100-122.
- Moré, C. & Sperancetta, A. (2010). Práticas de Pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528.
- Moura, V. B. (2009). Contos populares, Memórias e Psicanálise. *Análise e Crítica Literária*, 11(14), 82-93.
- Mota, C. P. & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização

numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 2(3), 367-377.

Murray, M. (2003). Narrative Psychology and Narrative Analysis. In P. Camic, J. Rhodes, L. Yardley (Eds.) *Qualitative Research in Psychology. Expanding Perspectives in Methodology and Design*. Washington, DC: APA, 95-112.

Nordoff, J. & Madoc-Jones L. (2014). Aiming higher: more than “on the job” training for residential child care workers. *Journal of Children’s Services*, 9(1), 42-57.

Pacheco, P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Fernando Pessoa (Mestrado em Serviço Social), Porto.

Peterson, C., Bonechi, A., Smorti, A., & Tani, F. (2010). A distant mirror: Memories of parents and friends across childhood and adolescence. *British Journal of Psychology*, 101, 601-620.

Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4(27), 509-521.

Quintãns, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu vivi: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais. *Araxá/MG*, 4, 129-148.

Ribera, J. (1996). Intervenção socio-educativa com jovens em risco

social: os centros residenciais de acção educativa na Catalunha. *Infância e Juventude*, 3(1), 15-23.

Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C. & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, 4 (22), 643-665.

Rosenfeld, A. et al. (1997). Foster care: an update. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 36(4), 448-457.

Sá, I. G. (1995) Igreja e Assistência em Portugal no século XV. *Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LIII, 220-236.

Sá, A., Grilo, I., & Trigo, L. (2008). *As instituições de acolhimento sob o olhar dos profissionais que nelas trabalham: Percepções em torno da institucionalização de crianças e jovens em risco*. Atas electrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança e realizado na Universidade do Minho, 02-04 Fevereiro de 2008.

Sagi- Schwartz, A., & Aviezer, O. (2005). Correlates of Attachment to Multiple Caregivers in Kibbutz Children from Birth to Emerging Adulthood: The Haifa Longitudinal Study in K. E. Grossmann, K. Grossmann & E. Waters (Eds). *Attachment from Infancy to Adulthood. The Major longitudinal Studies* (165-197). New York: The Guilford Press.

Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Siqueira, A. & Dell’Aglia, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.

Sloutsky, V. M. (1997). Institutional care and developmental outcomes of 6- and 7-year old children: A contextualist perspective. *International Journal of Behavior Development*, 20(1), 131-151.

Soares, N. F. (2001). *Outras Infâncias: a situação social das crianças atendidas numa comissão de proteção de menores*. Coleção infans. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

Sousa, C. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sroufe, L. A., Engeland, B., Carlson, E., & Collins, W. A. (2005). Placing Early Attachment Experiences in Developmental Context The Minnesota Longitudinal Study in K. E. Grossmann, K. Grossmann & E. Waters (Eds). *Attachment from Infancy to Adulthood. The Major longitudinal Studies* (48-70). New York: The Guilford Press.

Strecht, P. (2012). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Unicef (2004). *A convenção sobre os Direitos da Criança*. https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf (consultado em 12/02/2015).

Unicef (2013). *As Crianças e a Crise em Portugal – Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais*. <http://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-emportugal/files/Relatorio-Unicef.pdf> (consultado em 06/02/2015).

Yunes, M., Miranda, A. & Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para

os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Legislação:

Despacho n.o 8393/2007 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social ; Diário da República, 2.a Série – N.o 90 – 10 de Maio de 2007

Lei nº 147/99 de 1 de Setembro de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República, I Série – A, 204, (1999-09-01), 6115

Anexos

Anexo 1

GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

I. Perceções dos profissionais em relação à instituição

1. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
 - a) Como surgiu a oportunidade de trabalhar no CAT?
2. Este trabalho permite-lhe sentir-se uma pessoa realizada profissionalmente? Porquê?
3. Acha importante a existência deste tipo de instituições?
 - b) Explique, por favor, o que pensa acerca das situações de vida que conduzem á necessidade destas instituições.
4. A institucionalização é para si em termos gerais, a melhor medida em todas as situações de risco? Explique por favor.
5. Avalie o seu grau de satisfação para com o seu trabalho em termos gerais numa escala de 0 a 10.
 - a) O que poderia ser melhor? (por exemplo, para conseguir classificar o seu grau como 10?)
6. Já trabalha nesta instituição á x anos. O que mudou desde que aqui entrou?
 - b) E em si? O que mudou em si durante todos estes anos? (já tem família, já tem filhos? A forma como encara a vida?)
7. Por favor, sendo o mais específico possível, indique quais as vantagens e as desvantagens do seu trabalho?
8. O que mais aprecia no trabalho com as crianças, descrevendo o momento do dia em que o que acaba de descrever tem lugar (ex. manhã, regresso da escola, noite, fim de semana)?
9. Sempre trabalhou neste turno? Em qual turno se sente mais confortável?
10. Isto é um trabalho especial. Você é portanto uma pessoa especial. Que qualidades acha extremamente necessárias para este trabalho?
11. O facto de saber que está a ajudar crianças ajuda-a a sentir-se melhor consigo própria e a sentir-se mais humana?
12. Consegue conciliar a sua vida familiar com o seu trabalho na instituição?
13. Acha que este é um trabalho stressante. O quão stressante é numa escala de 0 a 10. Porquê?

II. Perceção dos profissionais quanto ao seu trabalho e sentimento de responsabilidade para com o desenvolvimento das crianças

14. Acha que as crianças com quem trabalha, têm oportunidade e capacidades para desenvolverem futuramente um comportamento sócio - afetivo bem-sucedido?
 - a) Explique por favor, e sempre que possível, apresente exemplos que ilustram o que pensa.
 - b) A nível académico;
 - c) A nível relacional? Acha que vão um dia construir família e ter capacidades?
15. Em que medida a instituição consegue preencher a falta de uma família para as crianças institucionalizadas?
 - a) Por exemplo, em termos de estabilidade de laços afetivos, de segurança, etc?
16. Refira-se às implicações futuras na vida das crianças que esta institucionalização tem.
17. Quanto se acha responsável pelo desenvolvimento bem ou mal sucedido das crianças institucionalizadas?
 - a) Por exemplo, assume-se como modelo educativo para algumas destas crianças? Como? De que modo?
18. Como classifica a sua relação com as crianças? Exemplifique.
19. O que é para si uma boa relação?
20. Acha que por vezes é demasiado exigente com as crianças?
21. Quando alguma criança está mais em baixo, procura conversar calmamente com esta e perceber a causa desse sentimento? Exemplifique. Consegue lembrar-se de um episódio em que isso tenha acontecido?
22. Os mesmos valores e interação que tenta trespassar aos seus filhos, são os mesmos que aplica também às crianças na instituição?
23. Participa ativamente nos passatempos e diversões das crianças?
24. As crianças conversam consigo e demonstram carinho? Exemplifique por favor.
 - a) Sobre que assuntos;
 - b) Como?

III. Evocação de memórias de infância

25. No seu dia-a-dia pensa muitas vezes no passado?
 - a) Como descreveria a sua relação com a sua mãe (em criança, ao longo da vida, no momento presente) pai, irmãos, avós.
26. Acha que o passado é importante? Em que medida?
27. Tem recordações da sua infância?
 - a) Pode contar a melhor e a pior dessas recordações?
28. Consegue lembrar-se do que a fazia sentir feliz quando era criança? Se havia algum momento do dia especial para si?

29. Sente que trabalhar com crianças o faz recordar de algumas situações da sua própria infância e a forma como foi educado. Pode explicar, por favor?
30. Com que frequência ocorrem essas recordações?
 - a) Consegue encontrar algum padrão de ocorrência de tais lembranças?
31. O trabalho que teve anteriormente também lhe trazia recordações da sua infância? Quais? Como? Em que circunstância? Explique por favor.
32. Lembra-se da última situação que o fez recordar algum acontecimento da sua infância? (Natal, ou algo que tenha acontecido)
 - a) Pode descrever em que circunstância e o que sentiu?
33. Quando era criança, qual a profissão que ambicionava ter? Explique por favor os motivos.
34. Nesta instituição temos um adolescente. Os adolescentes requerem preocupações acrescidas. Quando lida com ele, lembra-se de quando era adolescente? Quais eram os seus projetos, os seus sonhos, os seus medos?
35. A sua interação e a educação que tenta transmitir às crianças, são influenciadas pela forma como você mesmo foi educado? Como?
36. Para si o que é a felicidade? O que é ser Feliz?
37. O que é ter uma infância Feliz?
38. O que acha que é ser Feliz para estas crianças?
39. Consegue lembrar-se, de quando era criança, o que era para si ser Feliz?

Anexo 2

CONSENTIMENTO INFORMADO

Exmo.(a) Senhor(a):

Enquanto finalista do Mestrado Integrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Telma Rodrigues encontra-se a realizar um trabalho de investigação integrado na Dissertação de Mestrado, sob a orientação da Doutora Maria Jorge Ferro, subordinado ao tema “Ativação de memórias de infância em funcionários de instituições de acolhimento de crianças em risco”.

Por este meio, solicita-se a sua colaboração para responder ao seguinte protocolo de investigação:

- Dados Sociodemográficos:
- Entrevista Estruturada

Este termo garante-lhe os seguintes direitos:

- (1) A possibilidade de solicitar, a qualquer momento, esclarecimento sobre a investigação em causa;
- (2) A garantia de que a informação por si disponibilizada (datas de nascimento, habilitações literárias, etc) para efeitos desta investigação, será mantida em anonimato e guardada por um período de tempo limitado;

Após a leitura atenta do presente Consentimento Informado, declaro que li e autorizo a utilização dos dados constantes da minha participação nesta investigação.

(TelmaRodrigues, Investigadora)

Participante

_____, ____ de _____ de 2015